

Reforma administrativa: Número de servidores tem redução recorde e isso é ruim para o país e para o povo

Desde que assumiu a presidência da República, o governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL) “economizou” R\$ 2 bilhões ao não recompor os salários dos servidores públicos, congelados desde 2017, e ao não repor os trabalhadores que se aposentaram ou saíram do serviço público. Este desmonte, iniciado no governo de Michel Temer (MDB-SP), com a implantação do Teto de Gastos Públicos, reduziu o número de servidores de 331,1 mil, em 2007 (governo Lula) para 208 mil, neste ano, e trouxe de volta problemas como a fila do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a redução da fiscalização e das multas por crimes contra o meio ambiente, sonegação de tributos e segurança do trabalho, entre outras áreas prejudicadas. Veja no final do texto os órgãos públicos que mais vêm sofrendo desmontes.

E a situação deve piorar porque 70% dos servidores podem se aposentar nos próximos cinco anos, se a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32, da reforma Administrativa for aprovada no Congresso Nacional, alerta o secretário de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) e diretor executivo da CUT, Pedro Armengol.

A não reposição dos servidores aposentados é um dos maiores entraves para um bom atendimento do serviço público. Nos últimos sete anos, se aposentaram 42,3 mil servidores. O total de inativos saltou de 384,2 mil para 426,5 mil. Nos próximos cinco anos, 70% dos servidores deverão se aposentar, e sem reposição da mão-de-obra haverá um impacto muito grande nas ações efetivas para a população.

Sem a recomposição do quadro, ficam sobrecarregados os demais servidores que fazem o trabalho de dois, três, porque as demandas só aumentam, até por que a população cresce, acrescenta o secretário-geral da Condsef, Sérgio Ronaldo.

Tiro de misericórdia

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32, da reforma Administrativa, que ataca, principalmente, a estabilidade dos servidores e abre brecha para a contratação de amigos de políticos, sem compromisso com o serviço público, pode prejudicar ainda mais o país e o povo, é tratada como o tiro de misericórdia no serviço público pelos dirigentes sindicais. Eles ressaltam a importância da estabilidade, uma garantia de que o servidor não será demitido se não se deixar pressionar pelos políticos de plantão.

A estabilidade é uma prerrogativa dos servidores para que eles não se submetam a chefes de plantão. Governos são passageiros. Já o nosso compromisso é com a população e com a lei- Sérgio Ronaldo

Ao citar a lei, o dirigente se refere aos servidores Luís Ricardo Miranda, do Ministério da Saúde, que denunciou esquema de corrupção na compra da vacina indiana Covaxin, e ao delegado Alexandre Saraiva, que denunciou a suposta venda ilegal de madeira, intermediada pelo ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Nenhum dos dois pode ser demitido pelo governo porque têm estabilidade. E denunciaram porque têm compromisso com o país, ressaltou o secretário-Geral da Condsef.

A estratégia do governo, prossegue o dirigente explicando o ataque ao serviço público, é dizer que o serviço público é ineficaz, criando uma ira da população contra a categoria, dizendo que tem quase 2 milhões de pessoas na fila do INSS, mas não diz que reduziu em 50% o quadro de servidores do órgão, o que sobrecarrega os demais trabalhadores.

Os dirigentes da Condsef ressaltam que este desmonte tem um impacto muito forte nas ações efetivas, como já vem sendo observadas na maioria das unidades de conservação sob proteção do Ibama.

Dado de levantamento do Centro de Sensoriamento Remoto e do Laboratório de Gestão de Serviços Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), , mostra que caiu 93%, a média de processos com multas pagas por crimes que envolvem a vegetação nos estados da Amazônia Legal, em

2019 e 2020 (gestão do ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles), em comparação com a média dos quatro anos anteriores.

“Tem área de conservação que é do tamanho da Suécia e tem apenas um fiscal para a proteção do local. E não é só lá, na área trabalhista não tem fiscais suficientes para fiscalizar o cumprimento da segurança do trabalho. Em todas as áreas da administração pública federal o aprofundamento da desconstrução do Estado, prejudica demandas importantes do ponto de vista social para a população”, conclui Pedro Armengol.

A população é que sente na pele a falta de pessoal para o atendimento. O INSS, é um exemplo. Nos governos dos ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff, que valorizaram o servidor e melhoraram a prestação dos serviços públicos, os jornais pararam de dar manchetes sobre as filas enormes nas portas das agências do INSS com pessoas doentes, de muletas e com outros problemas esperando atendimento que nunca vinha. Com Bolsonaro, a fila de espera por pedidos de benefícios voltou a atingir 1,8 milhão de pessoas. Apesar de todo esse estrago para o povo e para o país, neoliberais comemoram a “economia” feita com a redução do quadro de serviços. O argumento falacioso é o de que os servidores ganham acima do que pagam as empresas privadas, fato já desmentido pelo Portal CUT, em reportagem que mostra que a média salarial da categoria, gira em torno de menos R\$ 3 mil.

Servidores não são marajás

“Estamos há cinco anos com salários e benefícios congelados, a inflação já bateu nos últimos 12 meses 8,5%. A média salarial no SUS é de R\$ 4 mil a R\$ 5 mil, e ninguém fala que o servidor não tem FGTS”, diz o dirigente comparando os tais benefícios ressaltados pelas instituições financeiras e mídia tradicional.

O fato, segundo todas as avaliações de servidores e seus representantes, é que o governo Bolsonaro vem a cada dia destruindo o serviço público com imensos prejuízos à população. Seu governo tem prejudicado deliberadamente pesquisas científicas essenciais; destrói a educação e a ciência, deixando universidades sem verbas para as contas básicas; acaba com o meio ambiente, não dando condições mínimas para o combate aos incêndios florestais; dificulta a fiscalização do Ibama e não deu verba neste ano, para a realização do Censo, responsável por pesquisas que norteiam as políticas públicas. Essas são apenas algumas das barbaridades cometidas por este governo em nome de uma política neoliberal econômica, com projeto privatista e que tira dos pobres e dá mais aos ricos.

Todos juntos contra o desmonte

Esse desmonte, que será ampliado se PEC nº 32 for aprovada, é um dos temas que serão debatidos no Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Setor Público Municipal, Estadual e Federal, nos dias 29 e 30 de julho. Serão ainda discutidas estratégias e formas de organizar uma mobilização nacional para derrotar a reforma Administrativa.

Não à reforma administrativa! Fora Bolsonaro!

Governo Bolsonaro dificulta vida de aposentados e pensionistas

Tudo o que o governo Bolsonaro tem feito nos últimos anos, desde que assumiu o poder, é para prejudicar a vida dos trabalhadores brasileiros. Recentemente, o governo publicou mais uma portaria para regulamentar o Decreto nº 10.620, de 5 de fevereiro de 2021, com a finalidade de centralizar os processos de aposentadorias e pensões do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) da União.

Pelo decreto, o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) recebeu a competência para centralizar a concessão e manutenção de aposentadorias e pensões de autarquias e fundações públicas do Poder Executivo Federal. Antes, tudo era resolvido no órgão de origem do servidor.

A portaria determina que seja realizado um plano de trabalho com as atividades a serem executadas para a transferência dos serviços de concessão e manutenção de benefícios e gestão dos respectivos acervos funcionais de aposentados e pensionistas para o INSS, bem como os processos administrativos e judiciais de cada servidor.

Hoje, os aposentados e pensionistas resolvem tudo em seu órgão de origem. Desde a concessão dos benefícios aos desdobramentos da aposentadoria e pensão. É no órgão onde o servidor trabalhou que ficam as suas informações laborais, a pasta funcional com todo o histórico de vida profissional do trabalhador.

Com a nova decisão do governo Bolsonaro, qualquer problema mais sério com os proventos dos servidores aposentados e pensionistas terá que ser resolvido no INSS, que irá concentrar milhões de brasileiros de todos os regimes de aposentadoria e pensão. Além disso, o servidor perde o vínculo com o órgão de origem. Essa medida aponta para o desejo do governo Bolsonaro de excluir esses servidores do plano de

cargos e carreiras e reajustes. Sob a gestão mais distante do INSS, o servidor também enfrentará mais burocracia e um tempo maior de espera para solucionar suas questões.

Em face das dificuldades do mundo do trabalho, principalmente depois da reforma da Previdência, é de grande importância que todos os servidores federais procurem o SINDSEP-MG antes de solicitarem suas aposentadorias. O Sindicato irá repassar todas as informações necessárias para que o servidor faça a opção pela melhor forma de aposentadoria.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Eleições do SINDSEP-MG - triênio 2021/2024

A Comissão Eleitoral - eleita na Plenária Estadual do SINDSEP-MG, realizada no dia 10 de abril de 2021, na modalidade virtual, via Plataforma Zoom - para coordenar a eleição da Diretoria Colegiada (titulares e suplentes), do Conselho Fiscal (titulares e suplentes) e das Coordenações dos Núcleos Regionais (Norte, Sul, Zona da Mata, Leste, Noroeste, Central de Minas e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba), triênio 2021/2024 - comunica que o Processo Eleitoral será regido pelo Estatuto da Entidade, aprovado na **Assembleia Geral Extraordinária do SINDSEP-MG, realizada em 31 de maio de 2021, e averbado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, sob o nº 1322, no registro 72465, livro A, em 16 de junho de 2021.**

De acordo com o referido Estatuto, a Comissão Eleitoral **convoca todos os filiados inscritos no quadro social da entidade até o dia 17 de abril de 2021 e que estejam em gozo dos direitos sociais estatutários a votarem no Processo Eleitoral, que se realizará nos dias 19, 20, 21, 22 e 23 de outubro de 2021**, das 09 às 18 horas, na Sede do Sindicato, nos Núcleos Regionais, bem como nos locais de votação a serem divulgados, posteriormente, em veículo de comunicação da Entidade. Comunicamos, ainda, que não havendo participação de 15% dos filiados em condições de votar no Processo Eleitoral, em Primeiro Escrutínio, fica convocado Novo Escrutínio para os dias **31 de outubro e 01 de novembro de 2021.**

A **inscrição de chapa(s) terá início às 09 horas do dia 21 de julho de 2021, quarta-feira, e encerrar-se-á, impreterivelmente, às 18 horas do dia 10 de agosto de 2018, terça-feira**, na Sede do SINDSEP-MG, à Rua Curitiba, 689 – 12º andar - Edifício São João de Deus – Centro - Belo Horizonte - MG.

Poderão participar como candidatos, os filiados inscritos no quadro social da entidade até o dia 17 de outubro de 2020 e que estejam em gozo dos direitos conferidos pelo Estatuto, sendo inelegíveis todos aqueles que não tiveram definitivamente aprovadas suas contas em função de exercício em cargos de administração sindical nos termos do Estatuto, bem como que tenham lesado o patrimônio de qualquer entidade sindical.

A inscrição de chapa(s), para ser aceita, deverá:

1. Ser realizada por meio de requerimento, preenchido com a composição e o nome da chapa, assinado por um dos membros que a integra e endereçado à Comissão Eleitoral, em conjunto com ficha individual de cada membro, preenchida e assinada, contendo: a) nome completo do candidato; b) órgão ou empresa pública em que trabalha; c) nº de identificação no SIAPE/funcional; d) nº do CPF; e) endereço residencial, número de telefone para contato e, se houver, endereço eletrônico, todos atualizados;
2. Para a Diretoria Colegiada, ter a composição de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) membros titulares e, no máximo, mais 08 (oito) membros suplentes;
3. Para o Conselho Fiscal, ter a composição de, no mínimo, 03 (três) membros titulares e, no máximo, mais (03) três membros suplentes;
4. Para cada Coordenação de Núcleo Regional do SINDSEP-MG, ter a composição de, no mínimo, 03 (três) membros, especificados para Coordenador, 1º Secretário e 1º Tesoureiro, e, no máximo, mais 03 (três) membros, especificados para Coordenador-adjunto, 2º Secretário e 2º Tesoureiro, todos lotados ou residentes em municípios da respectiva base territorial do núcleo.

A Comissão Eleitoral manterá quadros de avisos informativos na Sede e em cada Núcleo Regional e prestará atendimento no horário das 09 às 18 horas, de segunda a sexta-feira, de forma rotineira, e aos sábados, quando necessário, à Rua Curitiba, 689 – 12º andar - Edifício São João de Deus – Belo Horizonte - MG - CEP 30170-120 – Tel.: (31) 3270-1100, onde permanecerá pessoa habilitada para, dentro dos prazos estabelecidos no Estatuto, atender aos interessados, fornecer informações concernentes ao Processo Eleitoral, requerimentos, fichas individuais e recibos, bem como receber documentação e recursos, entre outras atribuições.

Belo Horizonte, 21 de julho de 2021.

A Comissão Eleitoral:

Rogério Antônio Exedito (Titular/ Núcleo Regional Central de Minas) - Presidente
Zilmar José Petzold (Titular/ Núcleo Regional Leste de Minas) – Vice-presidente
Alfredo Lourenço dos Santos (Titular/ Núcleo Regional Norte de Minas) - Secretário
José Renato Pereira (Titular/ Núcleo Regional Sul de Minas)
Jurandir Francisco Dias (Titular/ Núcleo Regional Noroeste de Minas)
Jair Paulino (Titular/ Núcleo Regional Zona da Mata)
Benedito José dos Santos (Suplente/ Núcleo Regional Central de Minas)
José Felipe Pereira (Condsef/Fenadsef)
Paulo Henrique dos Santos Fonseca (CUT/MG)

O Edital acima é idêntico ao publicado no jornal Estado de Minas, edição de 21/07/2021, página 08. Por um erro material, onde se lê: 10 de agosto de 2018, terça-feira, leia-se: 10 de agosto de 2021, terça-feira. O Termo de Retificação de Edital será publicado na edição do dia 22/07/2021 no mesmo jornal.